

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
03/07/2024	1.0	Primeira versão do documento.	Coord. de Licitações/Contratos
		Quaisquer acréscimos que for feito no documento deverá ser marcado de amarelo	

APROVAÇÃO DE ARTEFATOS DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

PROCESSO SEI Nº. 19.21.0286.0045792/2024-39.

1. ESPECIFICAÇÃO DOS ARTEFATOS

1.1 Estudo Técnico preliminar - ETP

A) (**X**) **não foi elaborado ETP**, pois é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021; e II - é dispensada na hipótese do inciso III do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, e nos casos de prorrogações dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos. Art. 28, § 2º decreto [21.872/2023](#), poderá ainda ser dispensada a elaboração de ETP caso a contratação pretendida possua valor estimado de até 10 (dez) vezes dos limites previstos nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº [14.133/2021](#).

B) () **Foi elaborado ETP**, por força do inciso I, art. 18 da lei 14.133/2021, apresentando como conclusão ou solução para a futura contratação o descrito nos autos do processo, conforme link a seguir:

C) **Link deste artefato:**

2. Termo de Referência/Projeto Básico

A) (X) foi elaborado Termo de Referência para o objeto da contratação com a descrição do objeto, conforme exigência do inciso XXIII do art. 6º e inciso I do art. 72 da lei 14.133/2021, para aquisição/contratação de bens e serviços, conforme link abaixo.

B) () foi elaborado projeto básico/projeto executivo com descrição do objeto da contratação conforme inciso XXV, art. 6º da lei 14.133/2021, para obras e serviços de engenharia, conforme link abaixo.

C) Link deste artefato: 0907691

3. Orçamento Estimado

A) (X) foi realizado pesquisa de preços/orçamento estimado e apresentado de forma detalhada sobre o objeto a ser contratado, conforme disciplina os art. 3º, 4º e 5º da IN 65 e § 1º do art. 23 da lei 14.133/2021. Caso não se atinja o propósito dos artigos acima, justificar tal fato.

B) (X) Proposta da empresa (0910591)

C) Link deste artefato: (0911208, 0911259)

4. Mapa de Risco Matriz de Risco

A) () **foi elaborado mapa e matriz de risco** para a referida contratação, conforme, art. 29 do decreto 21.872/2023, e nos termos do parágrafo único do art. 11, inciso X, do art. 18, § 2º art. 22 e art. 103, ambos da lei 14.133/2021.

B) (X) **Não foi elaborado mapa e matriz de riscos**, pois a contratação não apresenta riscos relevantes que impactarão no equilíbrio econômico-financeiro do contrato, enquadrando-se na exceção do art. 34, XXII, do decreto estadual 21.872/2023: *“art. 34. Os órgãos e entidades deverão elaborar a matriz de riscos nas contratações de obras, serviços ou fornecimentos cujo valor estimado superar a quantia de 2% do limite previsto no art. 6º, XXII, da Lei nº 14.133/2021”*.

C) **Link deste artefato:**

5. Outros artefatos submetidos a aprovação, caso necessário

A) () especificar

B) Link do artefato:

6. APROVAÇÃO

CONSIDERANDO o art. 18 do decreto estadual 21.872/2023, que regulamenta a lei 14.133/2021, no âmbito do estado do Piauí, cuja disciplina versa sobre a elaboração dos artefatos da fase de planejamento da contratação e sua aprovação pela autoridade superior do órgão;

CONSIDERANDO os artefatos citados acima com e seus conteúdos, conforme link de acesso;

CONSIDERANDO o Parecer da Controladoria Interna (0911933), e Ato que dispensa parecer jurídico (0912697).

APROVO os artefatos supramencionados e **AUTORIZO** a contratação, inclusive a deflagração da fase externa da licitação/contratação.

Teresina, PI, na data da assinatura eletrônica.

Dr. Hugo de Sousa Cardoso.

Subprocurador Institucional / Ordenador de Despesas.



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**, **Subprocurador(a) de Justiça Institucional**, em 12/12/2024, às 15:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0912703** e o código CRC **D7D79469**.

DESPACHO

AUTORIZAÇÃO CONTRATAÇÃO DIRETA POR INEXIGIBILIDADE

Assunto: Autorização para contratação de realização de palestra a ser ministrada pelo Prof. Dr. Edilson Mougnot Bonfim, **com o tema: “O Promotor de Justiça Criminal no Brasil Contemporâneo”**- INEXIGIBILIDADE Nº 09/2024 - nos termos do artigo 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº. 14.133/2021.

Considerando o Documento de Formalização da Demanda -DFD (0907644).

Considerando o Termo de Referência (0907691).

Considerando a Demonstração da despesa e justificativa do preço (0911208, 0911259, 0910591);

Considerando a Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários e financeiros com o compromisso a ser assumido (0911625, 0911677);

Considerando PORTARIA PGJ/PI Nº 4337/2023 (0911742), designando agentes de contratação/pregoeiros e equipe de apoio com fundamento nos arts. 6º, LX, 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como no art. 54 do Decreto Estadual nº 21.872, de 7 de março de 2023;

AUTORIZO à Coordenadoria de Licitações e Contratos a realização dos atos necessários à contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa **APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO - LTDA - ME**, nos termos do artigo 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº. 14.133/2021, para a realização de palestra a ser ministrada pelo Prof. Dr. Edilson Mougnot Bonfim, oferecerá a **Palestra com o tema: “O Promotor de Justiça Criminal no Brasil Contemporâneo”**, do referido palestrante aos Membros e Servidores do Ministério Público do Piauí, com duração de 1h30min, a realizar-se no Auditório do SEBRAE/PI, no dia 16 de dezembro de 2024, cujo valor total da contratação é de **R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)**.

Cumpra-se.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
HUGO DE SOUSA CARDOSO
Subprocurador de Justiça Institucional.



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**,
Subprocurador(a) de Justiça Institucional, em 12/12/2024, às 15:35, conforme
art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código
verificador **0912739** e o código CRC **1C5DDDD6**.

19.21.0286.0045792/2024-39

0912739v2

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 15/2024

Última atualização 13/12/2024

Local: Teresina/PI **Órgão:** PIAUI PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA

Unidade compradora: 926092 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PIAUI

Modalidade da contratação: Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f

Tipo: Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 13/12/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Id contratação PNCP: 05805924000189-1-000045/2024 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Palestra a ser ministrada na programação de comemoração alusiva ao DIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO, direcionado para membros desta instituição, tendo como temática: " O PROMOTOR DE JUSTIÇA CRIMINAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO, conforme Termo de Referência.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 25.000,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 25.000,00

Itens

Arquivos

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
1	Treinamento Qualificação Profissional Treinamento Qualificação Profissional. Contratação de palestra a ser ministrada por Edilson Mougnot Bonfim. com carga horária de 1h30min para a capacitação de membros do MPPI, com oferta de 200 vagas, que aborde a temática " O PROMOTOR DE JUSTIÇA CRIMINAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO, para 200 (duzentos) participante (membros do MPPI), a ser realizada presencialmente no auditório do SEBR AE/PI - Avenida Campos Sales, Nº 1046, Bairro: Centro, CEP: 64000-300 -Teresina-PI	1	R\$ 25.000,00

Exibir: 5

1-1 de 1 itens

Página: 1

< >

< Voltar



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sistema eletrônico oficial destinado à divulgação pública e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, veracidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.gestao.gov.br>

☎ 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Este site é destinado a fornecer informações e relacionamentos de uso.